

**A INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM AUTISMO NO ENSINO
FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)**
*(THE SCHOOL INCLUSION OF CHILDREN WITH AUTISM IN ELEMENTARY SCHOOL
(EARLY YEARS))*

Jéssica Farias de Mesquita ¹
Lara Cintia Rodrigues de Castro ²
Leticia Ariel Brasileiro Santos³
Luana de Freitas dos Santos⁴
Bruna Germana Nunes Mota⁵

RESUMO

O presente artigo é um Trabalho de Conclusão do Curso de graduação em Pedagogia do Centro Universitário Ateneu e tem como objetivo abordar a temática “A Inclusão Escolar de Crianças com Autismo no Ensino Fundamental (Anos Iniciais)”. A pesquisa abordará as práticas utilizadas em sala de aula por professoras do 4º ano do ensino fundamental para promover a inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista. Tem como objetivo analisar como ocorre as práticas de inclusão escolar, e verificar os procedimentos utilizados por educadores para trabalhar com crianças com autismo. A metodologia da pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, de cunho qualitativo, estudo de caso e de campo, que tem como principais referências Mantoan (2003) e Sasaki (1997, 2002). O Transtorno do Espectro Autista é caracterizado como um distúrbio do neurodesenvolvimento e pode ser identificado por especialistas a partir de um ano e seis meses de idade da criança. Constatou-se ao longo da pesquisa que a inclusão escolar é um trabalho contínuo que requer vários recursos, tanto pedagógicos quanto estruturais da instituição, percebeu-se também que a participação atuante da escola é fundamental para o êxito da inclusão escolar.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Transtorno do Espectro Autista. Educação.

ABSTRACT

This article is a Completion Work of the undergraduate course in Pedagogy at Centro Universitário Ateneu and aims to address the theme “School Inclusion of Children with Autism in Elementary School (Initial Years)”. The research will address the practices used in the classroom by teachers of the 4th year of elementary school to promote the school inclusion of children with Autism Spectrum Disorder. It aims to analyze how school inclusion practices occur, and verify the procedures used by educators to work with children with autism. The research methodology is characterized as bibliographic research, of a qualitative nature, case and field study, whose main references are Mantoan (2003) and Sasaki (1997, 2002). Autism Spectrum Disorder is characterized as a neurodevelopmental disorder and can be identified by specialists from one year and six months of age of the child. It was found throughout the research that school inclusion is a continuous work that requires several resources, both

¹Aluno(a) do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Ateneu (UniATENEU). E-mail: jessicadmarias@outlook.com

² Aluno(a) do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Ateneu (UniATENEU). E-mail: larahcastro@gmail.com

³ Aluno(a) do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Ateneu (UniATENEU). E-mail: leticiaarielbrasileiro@gmail.com

⁴Aluno(a) do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Ateneu (UniATENEU). E-mail: Luanafreitas453@gmail.com

⁵Professor(a) do Centro Universitário Ateneu (UniATENEU). E-mail: brunagermana@yahoo.com.br

pedagogical and structural from the institution, it was also noticed that the active participation of the school is fundamental for the success of school inclusion.

Keywords: Inclusive Education. Autistic Spectrum Disorder. Education

1 INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) vem sendo alvo de muitos estudos nos últimos anos, sendo bastante discutido por profissionais da área da saúde e da educação. Com isso, abriu-se espaço para um novo debate na atualidade: a inclusão escolar de crianças com autismo. Denomina-se autismo um distúrbio do neurodesenvolvimento que é visível desde os primeiros anos de vida. As crianças com autismo possuem dificuldade de interação social, incompatibilidade com o uso da linguagem, dificuldade de manter contato visual, entre outras características. Os sinais podem ser observados desde o início da infância, porém ficam mais evidentes na criança a partir dos três anos de idade, com a entrada na Educação Formal.

Através da configuração de leis, vem-se tentando quebrar padrões impostos pela sociedade, com isso busca-se espaço de igualdade, cidadania e respeito principalmente às crianças com TEA dentro da sala de aula de ensino regular.

As crianças identificadas com TEA, por muito tempo, ficaram fora do ensino regular, mas, hoje em dia, devemos considerar esse ser social, respeitando suas peculiaridades e, desta forma, propondo um currículo e um processo de aprendizagem que de fato inclua esse aluno no contexto escolar.

A escolha do tema se deu devido a algumas experiências em sala de aula com crianças com TEA que não eram incluídas em algumas atividades por não terem uma atenção extra para melhorar seu desempenho escolar. Optou-se por fazer essa pesquisa para que possam ser criadas práticas pedagógicas que contribuam para a formação social e intelectual de crianças com TEA, a fim de gerar novos conhecimentos acerca da temática autismo e a inclusão de crianças autistas no Ensino Fundamental. Esse artigo poderá contribuir para a quebra de paradigmas e preconceitos que são impostos pela sociedade.

O problema da pesquisa foi configurado a partir do questionamento: como é feito o processo de inclusão da criança com Transtorno do Espectro Autista no Ensino Fundamental?

De acordo com o problema de pesquisa apresentado, surgiu como hipótese que a inclusão é um trabalho que requer material pedagógico adequado, espaço adaptado, propostas pedagógicas capazes de desenvolver os alunos entre outros, e nem todas as instituições terão a estrutura para realizar esse trabalho. Outro motivo é que algumas crianças chegam à escola sem

o diagnóstico, o que dificulta para o professor saber como proceder com o aluno; em outros casos, o diagnóstico do aluno pode não ter a aceitação da família, o que tornará o processo ainda mais árduo, pois a criança não terá a ajuda necessária para o seu desenvolvimento total.

O objetivo geral da pesquisa é analisar como é realizada as práticas e métodos de inclusão do educando com autismo no 4º ano do Ensino Fundamental. Os objetivos específicos visam verificar os procedimentos pedagógicos realizados para a prática inclusiva dos alunos com autismo; perceber se os professores recebem formação adequada para promoverem a educação inclusiva; identificar o papel da escola no processo de inclusão da criança com autismo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Conceito de educação inclusiva

A educação inclusiva é uma concepção de ensino que visa garantir o direito de todos a educação e a participação por meio da inserção de alunos com e sem deficiência em uma mesma sala de aula, dando-as direito a terem uma educação de qualidade, participativa e acolhedora, com o intuito de promover a valorização das diferenças e a exercerem a cidadania livremente.

Porém, para falarmos de Educação Inclusiva faz-se necessário trazeremos pontos marcantes de como surgiu e como temos atualmente. Antigamente as crianças que possuíam algum tipo de deficiência eram tidas como “incapazes”, sofriam com abandono familiar, eram retiradas do convívio social, privadas da cidadania e da dignidade. Para muitos eram tidas como “aberrações”, e o preço era pagar com a própria vida, como acontecia na Grécia Antiga, onde, já no nascimento, se fosse verificado que o bebê tinha alguma anomalia, eram abandonados ou atirados do alto de penhascos. Já na Idade Média, o abandono passou a ser condenado pela Igreja e as crianças eram levadas para asilos e conventos, porém a deficiência ainda era vista como um castigo de Deus. Isso ocorria por questões culturais da época, mas também pelo pensamento equivocado sobre a deficiência.

Com o passar do tempo, a sociedade foi evoluindo e tendo uma visão mais humana da Pessoa com Deficiência (PCD). Hoje em dia, o cenário é bem diferente, existem diversas políticas públicas que asseguram os direitos da PCD, apesar de ainda sofrerem com a discriminação por parte da sociedade.

De acordo Sasaki (1997 p. 16), foram três ciclos até a chegada da inclusão escolar:

A sociedade, em todas as culturas, atravessou diversas fases no que se refere às práticas sociais. Ela começou praticando a exclusão social de pessoas que – por causa das condições atípicas - não lhe pareciam pertencer a maioria da população. Em

seguida, desenvolveu o atendimento a segregado dentro de instituições, passou para a prática da integração social e recentemente adotou a filosofia da inclusão para modificar os sistemas sociais gerais.

O primeiro ciclo foi a exclusão: a pessoa com deficiência era tratada de forma excludente e sua educação era ignorada, elas não frequentavam a escola, pois se tinha a ideia de que não eram dotadas de capacidade de aprendizado. Após isso veio a segregação, que era como uma divisão, as pessoas com deficiência tinha que estudar em instituições de ensino separadas, ou seja, própria para eles e que eram conhecidas como Escolas Especiais, um tipo de ensino especializados que vieram com o foco de dar oportunidade a esse público de crianças “não normais”.

Diante de uma nova perspectiva de pensamento reflexivo da sociedade, a integração surgiu e com isso, juntou crianças típicas e atípicas em uma mesma instituição de ensino, porém em salas separadas. Foram muitas as lutas e a buscas por direitos igualitários, e aos poucos foi-se chegando à Educação Inclusiva, ou inclusão escolar, que temos atualmente. O movimento de inclusão chega ao Brasil, tardiamente, na década de 1980 e vai ganhando força aos poucos, enquanto em outros países já se falava de inclusão desde a década de 1950.

Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva,

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. (BRASIL, 2008, p. 1)

Entende-se que a educação inclusiva está ligada aos direitos das pessoas com deficiência, direitos esses que várias vezes são desrespeitados por falta de infraestrutura da escola, de conhecimento ou vontade dos profissionais que trabalham na instituição e de toda a comunidade escolar, que acredita que a pessoa com deficiência, seja intelectual ou física, frequenta a escola apenas para garantir a presença, que não tem a capacidade de desenvolver um aprendizado sustentável. Esse pensamento é totalmente equivocado, pois é necessário que na escola, um ambiente educador, sejam trabalhados valores como igualdade, respeito e empatia.

A educação inclusiva é o ato de acolher a criança com afetividade, de não a estigmatizar por causa de sua deficiência. Sendo assim, a inclusão é uma mudança de concepção e de paradigma e que tanto o seio familiar quanto a comunidade escolar precisam trabalhar juntos para superarem esse desafio.

As leis que regem a educação inclusiva chegaram para quebrar esse paradigma de incapacidade, dando mais liberdade e dignidade a essas pessoas. Mantoan (2003) afirma que a inclusão é uma quebra radical do paradigma educacional, o que gera uma crise de paradigmas, e toda crise é cercada por incertezas e inseguranças. Este é o momento ideal para buscar novas alternativas e fazer mudanças.

Sabemos que muitas são as dificuldades das crianças com deficiência no âmbito escolar, as quais na maioria das vezes logo se apresentam na realização da matrícula, pois muitas instituições se negam à efetivação do processo quando sabem que a criança apresenta algum tipo de transtorno global ou deficiência física, porque acham que não têm estrutura e apoio suficiente para darem conta de tamanha responsabilidade. A lei nº 7.853, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, expressa que é crime punível de reclusão negar ou retardar a matrícula de qualquer aluno em virtude de sua deficiência.

São inúmeras as dificuldades encontradas por parte da escola para incluir uma PCD, uma delas é a permanência do aluno com deficiência no estabelecimento de ensino, por falta de acessibilidade ou de profissionais preparados, pode acontecer uma recusa da criança em estar no ambiente social de ensino, fazendo com que tenha receio e até um regresso na aprendizagem.

É preciso que a família faça a intermediação, ou seja, familiarize esta criança com deficiência ou transtorno ao ambiente escolar, para que possa haver a adaptação adequada.

Segundo Silva, Gaiato e Reveles (2012, p.111-112),

A inclusão escolar teria um objetivo nobre de colocar as crianças com necessidades especiais em contato com seus pares, o que facilitaria seu desenvolvimento e ensinaria a todo grupo que é possível conviver com a diversidade, na construção de um mundo melhor. Falar em inclusão é um tema delicado e complexo quando saímos da teoria e partimos para uma prática efetiva nas escolas. Mesmo algumas escolas que fazem propaganda de um ensino inclusivo pecam na hora de tornar essa prática uma realidade.

O contato de crianças com e sem deficiência no ambiente escolar é vantajosa para todos, pois a socialização é de extrema importância no desenvolvimento de crianças atípicas, pois irá auxiliar no pleno desenvolver de habilidades gerando independência e autonomia. As crianças que não apresentam deficiência podem ser apoios, construir valores, ajudando e respeitando o próximo e as suas limitações, podem ainda compreender sobre diversidade, empatia, combate ao preconceito, e assim terem uma visão diferente de mundo para que no futuro quebrem esse círculo vicioso do capacitismo, que é o ato de discriminação ou preconceito contra pessoas com deficiência, considerando-as anormais ou incapazes.

A inclusão não é só colocar um aluno com deficiência em uma sala de aula regular, é mais que isso. Para que venha acontecer a inclusão de fato, é necessária a adoção de metodologias e estratégias que atendam à necessidade destes alunos, como por exemplo:

Os currículos devem adaptar-se às necessidades da criança e não vice-versa. As escolas, portanto, terão de fornecer oportunidades curriculares que correspondam às crianças com capacidades e interesses distintos. As crianças com necessidades especiais devem receber apoio pedagógico suplementar no contexto do currículo regular e não um currículo diferente. O princípio orientador será o de fornecer toda a mesma educação, proporcionando assistência e os apoios suplementares aos que deles necessitem. (SALAMANCA, 1994, p. 22)

É necessário que o currículo seja maleável e adaptável para atender às necessidades de todos os educandos e não um segundo currículo, pois isso não se caracterizaria como inclusão. Incluir não é trabalhar com metodologias diferenciadas em sala de aula, é trabalhá-las de forma diferente para suprir a necessidade de cada aluno.

Mesmo sabendo que não é fácil para o professor lidar com essa complexidade que é entender uma criança com TEA, é necessário que haja atenção redobrada ao aluno atípico, pois cada transtorno ou deficiência tem a sua particularidade. Desta forma, o professor deve buscar meios para garantir a necessidade educacional do seu aluno. Junto a isso, a escola também tem o seu papel em amparar o educador em seu processo pedagógico.

2.2 Autismo e inclusão escolar

Segundo Cunha (2017, p. 20), a palavra autismo vem do grego *autós* que significa “de si mesmo”. Esse termo foi mencionado pela primeira vez no ano de 1911 pelo psiquiatra suíço Eugen Blunder, que estava em busca de novos conhecimentos sobre a Esquizofrenia. O psiquiatra Leo Kanner foi um dos pioneiros a realizar pesquisas na qual abordava as características do autismo.

Segundo a Lei nº 12.764/12, Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, o TEA é caracterizado como:

I - Deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;

II - Padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

O autismo é definido como transtorno e como uma deficiência neurológica que aparece na infância, tendo como principais impactos na vida da criança o atraso no desenvolvimento infantil, e como características marcantes a dificuldade de comunicação, o isolamento mediante as outras crianças ao seu redor, problemas comportamentais e entre outros.

Clinicamente, o TEA pode ser identificado por psiquiatras e neuropediatras a partir de 1 ano e 6 meses de idade da criança, mas especialistas da área da saúde afirmam que os pais conseguem observar sinais desde os 8 meses de idade, basta terem um olhar crítico sobre alguns comportamentos atípicos da criança. Dados do CDC (Centers for Disease Control and Prevention) mostram que o transtorno do espectro autista tem ocorrência 4 vezes maior em meninos do que em meninas.

O TEA é dividido em três níveis, os quais podem variar do leve ao mais severo, cada um possui características próprias, contudo existem vários métodos de tratamentos que garantem uma melhoria na vida da criança. Desta forma, o tratamento envolve tanto profissionais da área da educação quanto da saúde, ambos se complementando. Alguns médicos optam em fazer intervenções com substâncias medicamentosas, a fim de controlar algumas comorbidades que o TEA traz, tais como: hiperatividade, distúrbios de sono, entre outros:

O tratamento deve ser estabelecido de modo acolhedor e humanizado, considerando o estado emocional da pessoa com TEA e seus familiares, direcionando suas ações ao desenvolvimento de funcionalidades e à compensação de limitações funcionais, como também à prevenção ou retardo de possível deterioração das capacidades funcionais, por meio de processos de habilitação e reabilitação focados no acompanhamento médico e no de outros profissionais de saúde envolvidos com as dimensões comportamentais, emocionais, cognitivas e de linguagem (oral, escrita e não verbal), pois estas são dimensões básicas à circulação e à pertença social das pessoas com TEA na sociedade (BRASIL, 2012, p. 57).

Percebe-se que é preciso ter empatia em relação ao diagnóstico do TEA, muitos pais não conseguem aceitar o fato de o filho ter um transtorno global, chegando até a não procurar ajuda profissional, pela negação de ter um filho com autismo, advinda do olhar preconceituoso da sociedade e das possíveis dificuldades encontradas ao longo do tratamento.

Para as famílias que buscam por ajuda, é necessário que os profissionais se apropriem de uma forma cautelosa ao dialogar e se expressar sobre tal assunto, por ser bastante delicado. Em relação ao tratamento, deve ser humanizado e não algo mecânico, como quando a criança vai ao médico, ele apenas olha a criança e logo conclui a consulta. É primordial um acompanhamento feito com mais atenção e carinho por parte dos profissionais, é preciso fazer algo dinâmico para que a criança consiga sentir segurança nos lugares em que ela mesma frequenta.

A inclusão de alunos com autismo no Ensino Fundamental não se limita apenas a encaixá-los no contexto escolar, e sim garantir os direitos dados a eles de estarem em uma sala de aula regular. Por isso há a necessidade de diferenciação dos termos inclusão e integração. Respectivamente, o primeiro termo é o apelo para uma sociedade mais justa e igualitária, que ofereça os direitos de participação, aprendizagem e o acesso à educação para todos. Um dos objetivos principais da inclusão escolar é estimular a melhoria da qualidade do ensino em escolas regulares, de modo que a educação alcance todos os alunos, diminuindo o número de evasão e aumentando o sucesso escolar.

Já o segundo termo, integração, é relacionado à segmentação das práticas educativas, dando ao aluno a possibilidade de transitar entre sistemas de ensino, por exemplo, um aluno em escola comum que estuda em classe especial. Sasaki (2002) fala sobre a integração ter um lado que segrega a relação entre pessoas com e sem deficiência na educação, “Pela inserção de pessoas com deficiência em ambientes separados dentro de sistemas gerais. [...] Essa forma de integração, mesmo com todos os méritos, não deixa de ser segregativa.” Nesse caso, conclui-se que a integração se compõe da partição entre o ensino especial e o ensino regular em escolas regulares. No sentido de modificação de atitudes e práticas, a inclusão e a integração partem de lados diferentes.

Observa-se que as pessoas com deficiência tinham a responsabilidade de moldar-se para caberem no espaço escolar, pois a integração reivindica uma demanda menor de encargo para as instituições. Na inclusão, ocorre o oposto, a sociedade, as escolas e o corpo docente são os principais encarregados pela inserção de pessoas com deficiência em classes regulares, assim modificam suas estruturas físicas, técnicas e práticas educativas para o êxito de uma educação de qualidade para todos.

É essencial para o desenvolvimento do aluno a interação social em meio ao cenário educacional, para que ele obtenha mecanismos mais elaborados para a melhor apreciação dos conteúdos. Desta maneira, o acolhimento em sala de aula também se torna algo essencial nesta construção de conhecimentos, assim como os métodos e as práticas pedagógicas que serão utilizados no cotidiano do educando, todos estes fatores reunidos proporcionaram um melhor aproveitamento do aluno com TEA em sala de aula.

Contudo, é de suma importância que o docente aprimore seus conhecimentos, assim como técnicas que englobem em sala de aula os alunos com autismo, tendo a convicção que é sempre necessário o combate a qualquer tipo de preconceito e discriminação, fatos esses muito ocorrentes nas escolas.

A escola recebe uma criança com dificuldades em se relacionar, seguir regras sociais e se adaptar ao novo ambiente. Esse comportamento é logo confundido com falta de educação e limite. E por falta de conhecimento, alguns profissionais da educação não sabem reconhecer e identificar as características de um autista, principalmente os de alto funcionamento, com grau baixo de comprometimento. Os profissionais da educação não são preparados para lidar com crianças autistas (SANTOS. 2008, p.9).

A escola é o primeiro local de contato social fora do seio familiar, é neste ambiente que a criança irá aprender coisas novas, interagir com os colegas e professores, compartilhar brinquedos, entre outros. É nesse contexto que a escola juntamente com a equipe pedagógica assume um papel indispensável para desenvolvimento, não só intelectual das crianças, mas também social; aprender a respeitar e a seguir regras como por exemplo: fazer filas, compartilhar objetos, comportar-se nos ambientes. Estes pequenos gestos bem mediados, resultarão na formação completa da criança.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) diz em seu artigo 59, parágrafo 3º, que deve haver “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;”. O que está na lei, entretanto, não condiz com a realidade que encontramos nas nossas escolas, pois, por vezes, a criança com TEA ou que apresente outro transtorno do intelecto não tem um profissional especializado para atender suas necessidades, ficando a cargo do professor regente acumular mais essa função. E mesmo quando há um profissional de apoio, pode acontecer de ele não ter formação adequada para lidar com a criança, o que não é bom, pois esse profissional não saberá amparar o aluno da forma correta.

O professor do ensino regular também deve ter formação inicial e continuada, pois todos os dias surgem novos estudos e tecnologias, e o professor deve estar sempre atualizado para melhor atender seus alunos. Diante disto, é necessário que o professor que trabalha com um aluno com autismo conheça e entenda as dificuldades de seus alunos mediante a relação professor-aluno. Cabe a ele, então, desenvolver meios que de fato possam incluir a criança com TEA na participação das atividades sociais propostas pela escola. O aluno autista está sim apto a aprender, mas no tempo dele, assim como todos os outros alunos presentes na sala de aula.

2.3 Educação inclusiva em forma de lei

Um marco para a educação inclusiva aconteceu no ano de 1994. Uma assembleia geral realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), que aconteceu na cidade de Salamanca

(Espanha), na qual o documento denominado Declaração de Salamanca foi criado e, com isso, tornou-se um norte para a criação de políticas públicas capazes de assegurar a educação inclusiva para todos. O documento é adotado por vários países e organizações internacionais, ele apresenta “Procedimentos-Padrões na Equalização de Oportunidades para pessoas Portadoras de Deficiência”. A declaração ainda enfatiza que toda criança tem direito à educação e acesso à escola independentemente de suas necessidades e habilidades.

Sobre seus princípios, a Declaração de Salamanca (1994 p.1) destaca:

escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional.

A Declaração mostra que, apesar de ter ou não alguma deficiência ou outras necessidades educacionais, todos têm direito à educação, cada indivíduo deve ser respeitado dentro de suas características e individualidades. Devemos entender que todas as pessoas são iguais, independentemente de suas condições pessoais, sociais, econômicas e socioculturais. Com isso, compreende-se que a educação de qualidade é um direito, levando em consideração as características e interesses únicos de cada aluno, evitando-se assim a discriminação e a exclusão nas escolas.

O documento defende também que os governos “adotem o princípio de educação inclusiva em forma de lei ou de política, matriculando todas as crianças em escolas regulares, a menos que existam fortes razões para agir de outra forma” (1994, p.10). Diante de tais argumentos, o governo deve investir na criação de políticas públicas capazes de trazer para os sistemas de ensino regular uma organização favorável que auxilie nas adequações dos currículos e na estrutura escolar. Devem, também, se importar com a formação continuada dos profissionais da área da educação, a fim de torná-los capacitados de terem conhecimento de como lidar com a inclusão nas realizações de suas práticas de ensino.

A família e a comunidade também devem se envolver nesse contexto, pois são fatores contribuintes na educação e formação de seus filhos. É preciso que eles busquem entender como se dá o processo, só assim acontecerá de fato desenvolvimento “saudável”, para que todos possam participar e ter voz.

Em dezembro de 1996, no Brasil, foi promulgada a lei de nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB). Com ela, vieram grandes propósitos para oferecer uma educação igualitária, gratuita e de qualidade para todos, em instituições públicas ou privadas.

Na LDB, mais precisamente no capítulo V, artigo 58, destaca-se um modelo de educação oferecida nas escolas de ensino regular:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial (BRASIL, 1996).

Observa-se que a lei assegura que o aluno tenha o pleno direito de frequentar a escola regularmente com todos os seus direitos, em busca de ajudar com a sua formação cognitiva, social e profissional e que é dever do Estado garantir tal educação. Assim, é notório que a inclusão ainda é um desafio atualmente, pois, mesmo com todas as leis estabelecidas, encontram-se muitas dificuldades dentro desses aspectos, pois a falta de preparo e de informações de educadores e gestores leva ao descrédito.

A LDB também garante que as crianças que necessitarem tenham apoio especializado na própria escola. Desta forma, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem a função de organizar e elaborar recursos pedagógicos para dar o devido apoio às especificidades de cada aluno, complementando o trabalho que o professor realiza em sala de aula. De acordo com as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado Na Educação Básica (2008), os professores do AEE devem ter formação inicial que os habilite para o exercício da docência e uma formação específica na Educação Especial, seja ela inicial ou continuada. Desta forma, o atendimento do AEE ainda deve ser feito no contraturno do horário de aula do aluno em uma Sala de Recursos Multifuncionais.

Ainda na LDB, em seu artigo 12, assegura-se que é incumbência da escola criar programas que combatam qualquer tipo de violência ou intimidação e promover a cultura de paz. É primordial que se crie um ambiente acolhedor e seguro, pois assim será possível proporcionar uma educação inclusiva de qualidade. É importante compreendermos que a educação inclusiva nas escolas visa incluir crianças com deficiência, transtornos e síndromes, com o intuito de se evitar a segregação, combater o preconceito e manter a igualdade formal.

3 METODOLOGIA

A pesquisa assume uma abordagem qualitativa, pois visa focar em concepções subjetivas, considerando que é irrevogável a ligação entre o âmbito de ação e o sujeito agente. De acordo Minayo (2007, p. 21),

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes.

Para a autora, ao valorizar a subjetividade do indivíduo, pode-se identificar que o objetivo dessa pesquisa não se concentra em prever os possíveis resultados, mas em compreender o contexto e o fenômeno em geral.

A presente pesquisa se caracteriza, ainda, como um estudo de caso, pois visa buscar informações aprofundadas para compreender como que se dá a inclusão de crianças com autismo no 4º ano do Ensino Fundamental (séries iniciais) dentro da sala de aula. Tendo em vista que o estudo de caso tem caráter específico, procura sempre delimitar a ação do estudo com o objetivo de conhecer e entender os problemas encontrados no local de pesquisa. Lüdke (1986, p. 22) destaca que “a importância de determinar os focos da investigação e estabelecer os contornos do estudo decorre do fato de que nunca será possível explorar todos os ângulos do fenômeno num tempo razoavelmente limitado”.

A pesquisa ainda se caracteriza como um estudo de campo que, segundo Gil (2002 p. 53), “o estudo de campo focaliza uma comunidade, não necessariamente geográfica, já que pode ser uma comunidade de trabalho, de estudo, de lazer ou voltada para qualquer outra atividade humana”

Para a base literária da construção deste artigo foi realizado um estudo bibliográfico, no qual buscamos em fontes como: sites, livros de autores que falassem sobre a temática explorada, inclusão de crianças com TEA no Ensino Fundamental.

O tipo de pesquisa utilizada é a pesquisa exploratória, que, segundo Gil (2002 p. 41)

Tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito [...] na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão.

A coleta de dados contou ainda com uma entrevista que segundo Minayo (2007 p. 64)

Entrevista é acima de tudo uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador. Ela tem o objetivo de construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes com vistas a este objetivo. As entrevistas podem ser consideradas conversas com finalidade e se caracterizam pela sua forma de organização.

A pesquisa foi realizada em uma escola municipal de Fortaleza – CE, localizada no bairro Padre Andrade. A escola é de pequeno porte e foi escolhida depois da recusa de outras

instituições em aceitar a pesquisa. Os sujeitos foram escolhidos por trabalharem com crianças com autismo e outras deficiências.

4 ANÁLISE DE DADOS

A entrevista foi realizada com duas professoras que têm em sua turma crianças com TEA. Esses professores foram escolhidos, pois possuem em suas turmas alunos com Transtorno do Espectro Autista.

Para proteger a identidade dos sujeitos, o nome das professoras foi substituído por Professora A e Professora B. A Professora A é doutora pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e tem 12 anos de formação, trabalha nesta instituição há dois anos. A Professora B é especialista em psicopedagogia clínica institucional e é doutoranda pela UFC. Tem 16 anos de formação e atua nesta instituição há três anos. Ambas as professoras atuam na 4^o série do ensino fundamental (séries iniciais).

Foram feitas observações que, segundo Gil (1996, p. 58), entende-se como aquelas “em que o pesquisador, permanecendo alheio à comunidade, grupo ou situação que pretende estudar, observa de maneira espontânea os fatos que aí ocorrem. Neste procedimento, o pesquisador é muito mais um espectador que um ator, e entrevista que, segundo Gil (2002, p. 72), “pode ser entendida como a técnica que envolve duas pessoas numa situação “face a face” e em que uma delas fórmula questões e a outra responde”.

A entrevista contou com seis perguntas que giraram em torno das metodologias usadas em sala de aula para o trabalho com os alunos com espectro autista. A primeira pergunta feita foi a seguinte: Como é pensada as atividades diante do currículo?

Assim, nós hoje, professores do Brasil inteiro, temos a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e no Ceará temos o DCRC (Documento Curricular Referencial do Ceará), que é exatamente as diretrizes curriculares, nessas diretrizes curricular, é orientada que as atividades sejam todas desenvolvidas a partir de habilidades e competências para que o aluno seja competente em algum desses objetivos de aprendizagem que a gente vai desenvolvendo durante as aulas. Todos os conteúdos, eles são submetidos a esses objetivos de aprendizagens que cominam nas habilidades e competências, então todo professor hoje do Ceará, eles têm que seguir essas diretrizes curriculares que é o DCRC (Professora A).

Após o período de pandemia, onde as crianças vivenciaram o contexto de ensino remoto, que não teve como chegar a todas as crianças por conta de recursos tecnológicos inexistente e acesso à internet e mais do que nunca foi necessário filtrar esse currículo, né? Então assim, existe o currículo DCRC, onde todas as crianças devem ter acesso, no entanto, desse currículo a gente vem extraindo prioridades. Quais são as prioridades desse currículo pra esse momento histórico? Então as atividades estão sendo pensadas de forma paralela a um currículo de prioridades (Professora B).

Como foi visto nas respostas, as duas professoras utilizam o mesmo Documento Curricular Referencial Do Ceará (DCRC), documento derivado da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que abrange dentro dele as questões culturais e regionais. É nele que estão descritas as maneiras como as escolas do estado do Ceará irão trabalhar para então serem desenvolvidos planejamentos e assim servirem como norte na elaboração das atividades que serão trabalhadas em sala de aula. A Professora A enfatiza aspectos importantes que são desenvolvidos em seus alunos, que o documento orienta, tais como o das habilidades e os objetivos de aprendizagens. Já a professora B cita também o uso do documento e o momento histórico que a educação teve que enfrentar na pandemia (covid 19) e que, diante desse contexto, houve a necessidade de fazer uma adaptação necessária ao extrair o que o documento oferece para os alunos, dando preferência aos desenvolvimentos de competências importantes que foram perdidas.

[...] Essas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de cooperação com as respectivas comunidades. (SALAMANCA, 1994. p. 11)

Então, para montar uma atividade baseada no currículo, deve-se levar em conta a diversidade da sala de aula. É preciso ter respeito e empatia para alcançar um protagonismo coletivo em sala e uma educação com equidade, mantendo como foco a inclusão e a qualidade de ensino.

A pergunta seguinte foi sobre a promoção da inclusão e como a professora planeja e realiza as atividades na turma. Seguem as duas respostas das profissionais:

Pronto, inclusão, eu vou falar inclusão no modo geral da diversidade da sala que eu tenho que é exatamente o protocolo que eu desenvolvi desde o início do ano, diante da pandemia (covid 19), devido ao alto número de crianças com dificuldades de aprendizagens, inclusive em processo de consolidação da alfabetização. Desenvolvi um protocolo para atender tantos os que estão no nível adequado, como os que não estão, o nível adequado que eu falo é os que estão lendo e escrevendo dentro da normalidade da série. O que acontece é que eu desenvolvi a leitura autônoma, depois que ela é orientada a ler pelo menos três vezes, tenta sozinha compreender e responder alguma proposta de pergunta que tenha no livro, enquanto isso, eu estou dando atenção as crianças com dificuldades de aprendizagens, entre eles o autista, o deficiente intelectual...Então eu vou chamando de um por um, e dentro do texto que os outros alunos estão estudando eu vou pegar palavras e vou trabalhar dentro da perspectiva da alfabetização, depois que eu faço isso com todos, eu vou para o coletivo e faço uma leitura em voz alta e vou explicando os pontos do texto. Eu percebia que dava tudo para eles, eu lia para ele e já explicava e já deixava tudo muito pronto, então não era desafiador. Eu percebi que eles ficaram bem mais interessados. Gente é uma subjetividade só a sala de aula, eu acho muito interessante isso (Professora A).

Inicialmente é necessário que a gente tenha conhecimento do nível de aprendizagem de cada criança para que a gente possa elaborar as atividades. Como as crianças com

deficiência presentes na turma, as crianças com deficiência, tal como as demais, vão participar dessas atividades de acordo com o nível de aprendizagem delas, então assim, eu nem vou trazer atividades fáceis demais nem tão difíceis que as crianças não possam fazer (Professora B).

Para Mantoan (2003, p. 35), “A inclusão não prever a utilização de práticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência e/ou dificuldade de aprender. Os alunos aprendem nos seus limites”. A autora nos mostra que não existe a prática certa ou uma receita de bolo para educar uma criança, pois nem todas aprendem igual, assim, é visto que não é preciso ter uma deficiência ou um transtorno para que haja a inclusão, já que há diferenças e diversidades no todo.

Nas repostas das educadoras, existe um pouco de similaridades quando mencionam que as atividades são para o alcance de todos da sala diversa que as mesmas possuem. A Professora A desenvolveu um procedimento pedagógico para trabalhar a parceria dos alunos em sala de aula, ela ainda salienta que é necessário criar dinâmicas com desafios ao elaborar as atividades, destaca a importância de construir o conhecimento com o aluno, pois é necessário que eles desenvolvam o aprendizado através da curiosidade. Já a professora B ressalta que, antes de criar atividades, é primordial entender o nível de conhecimento de cada um de seus alunos procurando atendê-los de maneira igualitária. Ambas sempre pensam na participação de todos os alunos, respeitando os limites de cada.

Em seguida, perguntamos para as professoras: Como os demais alunos veem os alunos com autismo? Elas responderam:

Assim, as crianças, elas não olham para a criança como autista na minha sala, ne, tanto é que em nenhum momento eles sabem exatamente que o colega é autista, eles não sabem, então eles olham para as crianças do jeito que eles olham para as outras que tem algumas dificuldades. O autismo mesmo não é percebido pelas crianças, é percebido por nós, adultos algumas características (Professora A).

Bom, desde o início do ano eu sempre busco fazer com a minha turma um trabalho de respeito a diversidade, respeito as diferenças, né? Para que eles compreendam que o ser humano é assim, diverso, que ninguém é igual a ninguém, que cada pessoa tem suas próprias características, suas individualidades, e que isso deve ser respeitado. Então assim, não necessariamente eu vou falar pra turma: Ah, o aluno tal tem autismo, ele vai ser assim, assim e assim. Não, eu faço um trabalho de um modo geral de respeito as diferenças e as diversidades, eu sempre realizo um projeto anual com relação a inclusão de estudantes com deficiência, mas assim, no calendário da prefeitura nós temos a semana da inclusão (Professora B).

De acordo com Camargo e Bosa (2009, p. 47):

Acredita-se que a convivência compartilhada da criança com autismo na escola, a partir da sua inclusão no ensino comum, possa oportunizar os contatos sociais e favorecer não só o seu desenvolvimento, mas o das outras crianças, na medida em que estas últimas convivam e aprendam com as diferenças.

Assim, a inclusão trabalha tanto as capacidades de aprendizagem e interação social das crianças com TEA, como desenvolve noções éticas, morais, de respeito e de cidadania em outras crianças, compreendendo as diferenças e as particularidades de cada indivíduo.

A professora A destaca em sua resposta que os alunos acabam não percebendo o autismo. Essa percepção facilita a equidade social, pois os educandos não enxergam uma criança com o autismo, apenas reconhecem as dificuldades como as de qualquer outra criança. A fala da professora B retrata o trabalho diário da diversidade e da individualidade do ser, dessa maneira as falas se complementam e trazem a importância da educação inclusiva e do convívio com as diferenças para formar uma sociedade justa, sem preconceitos e que ofereça oportunidades para todos. Segundo Sasaki (2002, p. 49), “partindo do pressuposto de que todos os jovens e as crianças, com ou sem deficiência, têm o direito de estudar juntos para crescerem como cidadãos felizes e capazes de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade”.

Dessa forma, é possível perceber que a inclusão vai além de uma classe regular com diversidade, trata-se de alunos que compreendem e respeitam as diferenças, é aspirar uma sociedade empática.

Outro ponto importante sobre a fala da professora A é que, por mais que os demais alunos não notem o autismo, é preciso que o professor perceba. Cunha (2017 p. 5) enfatiza em sua obra que o autismo requer do professor estudo, preparação e dedicação, pois a carência de conhecimento sobre o Transtorno de Espectro Autista é um obstáculo na identificação das necessidades do aluno com autismo.

A quarta pergunta refere-se a como se dá sua interação com a família da criança com TEA. As profissionais responderam assim:

No caso dos pais do (aluno com autismo), a gente tem uma comunicação muito boa, porque eu tenho o telefone direto deles e a gente fala sempre que necessário, não só dele, de todas as crianças eu tenho os contatos dos pais (Professora A).

Bom, a relação com família de crianças com qualquer tipo de deficiência tem que ser uma relação que vai ser construída aos poucos, porque as famílias passam pelo momento de incompreensão, de não aceitação e que é natural. Então a gente precisa respeitar esse tempo, mas sempre ir tentando orientar pra que essa criança não fique sem o acompanhamento que ela necessita. Claro, cada família requer um determinado tempo, mas a gente vai sempre trazendo essas conversas né? Como uma maneira de trabalhar com essa família, a questão da não aceitação e o medo da própria sociedade que a gente sabe que exclui. Então a não aceitação da família muitas vezes está relacionada a esse medo de exclusão (Professora B).

A professora A nos mostra que existe um acompanhamento de perto com a família de seu aluno com autismo, assim como as dos demais alunos. Já a professora B ressalta que a

relação com os pais dos alunos que possuem algum tipo de deficiência deve ser construída com muita cautela, diálogo e respeito, pois ainda há aquele medo de os filhos passarem por situações preconceituosas, mas que esses medos precisam ser trabalhados para que a crianças que tem a deficiência não fique sem o acompanhamento necessário.

Silva (2017, p. 121) destaca que a criança, ao apresentar comportamentos atípicos que precisam de uma atenção maior, “A escola tem o papel de observar a ocorrência dessas dificuldades e reporta- lá a família, assim, em um trabalho conjunto, esses problemas são diagnosticados e a criança é encaminhada ao atendimento profissional competente”. A família é muito importante no processo escolar das crianças com TEA, pois os familiares são as únicas pessoas que têm uma sintonia maior e que conhecem todos os aspectos que o filho apresenta. Diante disso, é fundamental que os pais, mesmo que intimamente, não aceitem ou tenham receios do possível diagnóstico do filho(a), faz-se necessário que busquem compreender o assunto e construir uma base de apoio para a escola e para os professores. Afinal a escola e família são peças-chaves na educação dos filhos(as).

A quinta pergunta foi: Como você avalia as condições oferecidas pela instituição para trabalhar a inclusão? Eis as respostas:

Esse é um ponto muito interessante, porque você ver que a sala recebe o aluno, mas eu acredito que ainda nós não estamos preparados, enquanto instituição, para recebê-los, nos professores fazemos o possível dentro da diversidade da sala de aula, você ver um dia como hoje, eu sozinha, entre aspas, porque a (professora) que é do AEE (Atendimento Educacional Especializado), veio me ajudar né? E o (estagiário de Psicologia), mas nem sempre tem todo esse aparato de pessoas. Agora eu acredito que a gente precisa ter mais salas de aula atrativas para eles, a gente não mudou, o tempo passa a gente continua com o modelo de sala de aula tradicional. Eu acredito que as instituições, pelo menos a que eu trabalho, ainda não está preparada para receber. Ainda temos que melhorar muito, mas começou ne, saiu do ponto que as pessoas achavam que não tinham responsabilidades, digamos os professores, “ah, mas eu não entendo de inclusão. Eu não vou estudar sobre isso” Não dá mais, todo mundo tem que estudar e entender sobre inclusão (Professora A).

Bom, nenhuma instituição vai estar 100% em questões de acessibilidade, de recursos e de formação. No entanto, enquanto professora da sala de aula comum, é minha obrigação sempre de implementar práticas pedagógicas inclusivas, porque a criança é meu aluno, independentemente de ter uma deficiência ou não, ele não é aluno apenas do AEE, não é aluno da diretora, da coordenadora é aluno de uma rede ele e aluno da escola, então assim, se a gente for pensar em condições favoráveis, né? Ou 100% favoráveis, ela nunca vai existir. Então assim: faltam recursos pedagógicos, formação adequada, muitas questões com relação a acessibilidade pra crianças que necessitam, no entanto, dentro da sala de aula, a gente pode fazer a diferença a partir da implementação de práticas pedagógicas inclusivas (Professora B).

Mantoan (2003, p. 31) destaca que a inclusão vai muito além da matrícula: “Não adianta, contudo, admitir o acesso de todos às escolas, sem garantir o prosseguimento da escolaridade até o nível que cada aluno for capaz de atingir”. Não há inclusão, quando a inserção de um

aluno é condicionada à matrícula em uma escola. Portanto, é papel da escola garantir apoio, estrutura e recursos necessários aos professores para que executem um bom trabalho. Na resposta de ambas, professoras A e B retratam a insegurança que a falta de recursos apropriados e de estrutura escolar causa no processo de inclusão, as mesmas dividem o sentimento de despreparo ao receber crianças com TEA em sala de aula regular.

Na fala das duas professoras, também pode-se destacar que tentam ressignificar suas práticas pedagógicas diariamente, pois, mesmo com a ajuda do AEE, a educação inclusiva ainda é um caminho árduo, principalmente quando não há apoio adequado. Mantoan (2003, p. 32) afirma que, para tornar uma escola inclusiva, é preciso “Formar, aprimorar continuamente e valorizar o professor, para que tenha condições e estímulo para ensinar a turma toda, sem exclusões e exceções”.

A última pergunta foi: Como foi sua preparação na graduação para trabalhar com a educação inclusiva? As professoras assim se manifestaram:

Eu terminei no ano de 2010, então o meu currículo tinha essas partes de inclusão, as disciplinas de inclusão, mas eram optativas e na parte da tarde. Eu trabalhava o dia todo só podia estudar a noite. Então eu fiz só as obrigatórias, mas isso não quer dizer que eu não tenha que saber. Eu tenho que buscar estudar para atender o que eu tenho dentro da sala de aula, então a formação inicial ela te empurra para você correr atrás de buscar o resto. “Ah, eu não sei, aí cruza os braços” não gente, a criança está ali, esperando por você que é o profissional né? (Professora A).

Bom, eu me formei na Faculdade Federal do Ceará, enquanto graduação, terminei em 2006, então assim, não existia dentro do currículo do curso de pedagogia, no período em que cursei, disciplinas obrigatórias relacionada seja educação especial na época, seja educação inclusiva mais atualmente. O que existia eram duas disciplinas optativas onde você optava por fazer ou não. E então, assim, o que eu posso dizer e que, eu não tive uma formação inicial voltada para o processo de inclusão naquela época, mas ao longo da minha trajetória, enquanto professora, a partir do momento que essas crianças retornam para escola regular, passa aquele período de segregação, de integração e vem o período de inclusão, então eu pensei, bom serão meus alunos, como os demais, então eles precisam ter acesso o mesmo currículo de uma maneira mais eficaz possível, mesmo diante de algumas fragilidades que eles vão apresentar, eu não tive essa formação inicial, mas ao longo da minha trajetória quanto professora, eu fui buscando essa formação para além da graduação (Professora B).

Observa-se que, até algum tempo atrás, disciplinas relacionadas a educação especial ou a inclusão não eram obrigatórias nos currículos dos cursos de graduação. Segundo Mantoan (2003 p. 25), “Todos os níveis dos cursos de formação de professores devem sofrer modificações nos seus currículos, de modo que os futuros professores aprendam práticas de ensino adequadas às diferenças”. Com o passar do tempo e com a entrada, na sala de aula regular, de uma quantidade cada vez maior de alunos de inclusão, percebeu-se a importância de o graduando de Pedagogia ter essa formação.

As falas das professoras salientam também a importância da formação continuada que o professor deve ter. Freire (2020 p. 40) afirma que “Na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente sobre a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática”. A formação continuada, portanto, diz respeito ao desenvolvimento profissional, mas também gera um pensamento crítico frente às experiências vivenciadas para aperfeiçoar sua prática.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o estudo do tema, pôde-se constatar que a inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista é um trabalho contínuo, que requer material pedagógico adequado, espaço adaptado e propostas pedagógicas capazes de trabalhar o desenvolvimento do aluno. Apesar de todos os avanços que foram feitos nas últimas décadas, da criação e aprovação de leis e da evolução da sociedade no que refere às pessoas com transtornos, percebe-se que ainda há muito a ser feito.

De acordo com a problemática da pesquisa, o processo de inclusão ocorre através de procedimentos criados pelo professor para fazer com que esse aluno tenha um aproveitamento dos conteúdos ministrados. A criação do protocolo criado pela Professora A é de grande importância, pois o professor deve elaborar um procedimento que se encaixe com as dificuldades encontradas por aquele aluno ou por aquela turma. Já sobre o conhecimento do nível dos alunos para elaborar atividades, citado pela Professora B, mostra-nos com é fundamental a avaliação diagnóstica, para não serem formuladas atividades fáceis, que não geram interesse nem despertam a curiosidade, nem excessivamente difíceis, para não gerar frustração.

Ficou claro que as professoras têm conhecimento para atuar no âmbito educacional devido à formação que possuem, entretanto percebeu-se que elas não receberam a formação adequada no começo da graduação, pois, como citado por elas, eram disciplinas optativas. Mediante as mudanças relacionadas à educação inclusiva, sentiram necessidade de estudar e pesquisar, devido ao compromisso com a educação, pois sabem que são as profissionais responsáveis pela formação dessas crianças que precisam de ajuda, com isso foram se moldando e buscando conhecimento e qualificação para trabalhar a diversidade presente em suas salas de aula.

Ao longo da pesquisa, foi percebido que a participação atuante da escola é fundamental para o êxito da inclusão. A instituição analisada abraça a ideia de inclusão, mas, em relação ao amparo adequado na prática, é insuficiente. As professoras entrevistadas relatam a carência do suporte na rotina pedagógica e nos recursos. A escola tem noção das leis que regem a educação inclusiva, entende que é necessário abrir as portas para as crianças com autismo, mesmo assim outorgam ao professor a responsabilidade de execução da inclusão escolar. Isso não é suficiente para que haja a inclusão autêntica, deve haver suporte apropriado aos professores, estruturas físicas adaptadas às necessidades, materiais adequados e comunicação com os responsáveis.

A presente pesquisa nos mostrou que há diversos fatores que influenciam e que são responsáveis pela educação inclusiva de crianças com autismo, todos devem estar em concordância e terem o comprometimento com a Educação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado Na Educação Básica. 18 de set. de 2008.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394/96

BRASIL. Lei Federal nº 7.853, 24 de outubro de 1989 Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

BRASIL Lei Federal nº 12.764, 27 de dezembro de 2012. Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 28 dez. 2012.

BRASIL. MEC. Declaração de Salamanca. Brasília, 1994.

BRASIL. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva Brasília, 2008.

CAMARGO, S. P. H; BOSA, C. A. Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Scielo, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/KT7rrhL5bNPqXyLsq3KKSgR/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 24 de outubro de 2022.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e Inclusão: Psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família.** 7. ed. Rio de Janeiro: WAK, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 65° ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra. 2020

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL. **Projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

Hospital Moinhos de Vento. **Autismo em meninos é quatro vezes mais frequente do que em meninas**. 1 de abr. de 2022. Disponível em: <https://www.hospitalmoinhos.org.br/institucional/blogsaudeevoces/autismo-em-meninos-e-quatro-mais-frequente-do-que-em-meninas> Acesso em: 20 de out. de 2022.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo. Pedagógica e Universitária, 1986.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

SANTOS, A. **Autismo: um desafio na alfabetização e no convívio escolar**. São Paulo: CRDA, 2008.

SASSAKI, Romeu Zazumi. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SASSAKI, Romeu Zazumi. Paradigmas da inclusão e suas implicações educacionais. Rio de Janeiro: **Revista Forum**, vol. 5, 2002.

SILVA, Ana Beatriz; GAIATO, Mayra; REVELES, Leandro. **Mundo Singular**. Entenda o ensino. Fontanar, 2012.

SILVA, Michela Carvalho da. **Educação Inclusiva**. Porto Alegre: SAGAH, 2017.